

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISÓSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ÁLVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BÁSILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GAERIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 223-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2464-72, de 17 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo n.º 106-72, de 08 de março de 1972, a fim de declarar que a autorização para prestar serviços extraordinários e recebimento da gratificação fixada no citado Ato é a partir de 18 de janeiro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de maio de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 224-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2414-72, de 14 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

retificar o Decreto Legislativo n.º 158-72, de 10 de abril de 1972, a fim de declarar que a autorização para prestar serviços extraordinários e recebimento da gratificação fixada no citado Ato é a partir de 11 de fevereiro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de maio de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 225-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2302-72, de 11 de abril de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

retificar os Decretos Legislativos números 156-72 e 157-72, ambos de 10 de abril de 1972, a fim de declarar que as autorizações para prestar serviços extraordinários e recebimento das correspondentes gratificações, fixadas nos citados Atos, é a partir de 21 de março de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 03 de maio de 1972.

- a) WILSON FORTES — Presidente
a) IVO TOMAZONI — 1.º Secretário
a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 30.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 3 de Maio de 1972 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14:00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Aguinaldo Pereira Lima, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Gabriel Manoel, Igo Losso, Muggiati Filho, e Paulo Poli (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 97-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 271-70, de autoria do Deputado Igo Losso, que autoriza o Poder Executivo a doar a Luiz Gonzaga da Cruz, uma área de terra na forma que especifica. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 26-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 31.ª Sessão Ordinária Realizada em 3 de Maio de 1972 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nelson Buffara, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, David Federmann, Gabriel Manoel, Igo Losso, Muggiati Filho, Paulo Poli (8).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 285-71.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Em data de ontem transcorreu o 22.º aniversário da Guarda Urbana do Paraná com reais serviços prestados à Capital e às cidades do Interior.

Pelo acontecimento pedimos um voto de regozijo, após ouvido o Plenário, e quedo fato se dê conhecimento à Direção da entidade na pessoa do Dr. Gui Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1972.

(a) — **Antonio Lopes Júnior**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

considerando:

a) — a situação angustiante em que passa a classe funcional do Estado, face a elevação constante do custo de vida;

b) — elevação do salário mínimo vigente em mais de 20% e o que dispõe o art. 78 da Constituição Estadual, de que "os funcionários públicos não poderão perceber vencimentos inferiores ao salário mínimo fixado para a Capital do Estado";

c) — o fato principal de que, a Mensagem Governamental propondo um abono provisório de 12%, não satisfaz aos legítimos interesses do funcionalismo público;

d) — a discriminação registrada em referida Mensagem Governamental, dando para alguns e deixando de conceder a outros, como aos servidores do Tribunal de Contas, Polícia Militar e Procuradoria Geral, etc., o referido abono;

e) — ter a União, várias Unidades da Federação e grande número de Prefeituras Municipais, concedido reajuste de 20% aos seus servidores; requer, a Vossa Excelência, a constituição de uma Comissão Especial três Deputados para, conjuntamente, dialogar com o Chefe do Poder Executivo, no sentido de ser concedido de imediato, um ajuste de 20% (vinte por cento), nos salários do funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1972.

(a) — **Antônio Belinati**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, que o expediente da sessão de sexta-feira próxima, dia 5, seja dedicada às comemorações do "DIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES", a transcorrer na data referida.

Requeiro, também, a designação de oradores para a oportunidade.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1972.

(a) — **João Mansur**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis requer, à Mesa, ouvido o Plenário, seja por esta Presidência, indicada uma Comissão de seis Senhores Deputados para tomarem parte nos festejos comemorativos ao vigésimo quinto aniversário da cidade de Maringá, no próximo dia 10 de maio.

A cidade de Maringá, fundada no ano de 1947, hoje é uma das mais prósperas cidades paranaenses, carreando para si uma situação sócio-econômica das mais promissoras, tendo dado ao Paraná e o Brasil, mostras de seu potencial e desenvolvimento. Com grande destaque, tanto na pecuária como na Indústria, a "Cidade Canção", hoje é, sem dúvida, motivo de orgulho de todo o povo paranaense.

Por esses motivos principalmente, é que se faz necessária a presença de uma Comissão de Parlamentares, na sua festa de Jubileu de Prata, dando mostras àquele povo, que o Paraná através de seus representantes, reconhece a contribuição dada ao Estado por intermédio daquela progressista cidade.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1972.

(a) — **Jorge Sato**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado um telegrama ao Senhor Ministro Cirne Lima, da Agricultura, solicitando daquela autoridade federal, providências para debelação de um surto de febre aftosa, que vem grassando no gado bovino na região de Guarapuava.

Esta medida torra-se premente, Senhor Presidente, haja vista terem, os referidos rebanhos, sido vacinados, recentemente contra tal enfermidade e, parece-nos inconcebível que os mesmos venham padecer do citado mal tão de imediato, como de fato está ocorrendo.

É necessária uma pronta ação do Ministério da Agricultura contra o fato, seja através de uma investigação ou qualquer outra medida para a solução do mesmo, pois os criadores da região, atendendo à campanha governamental de combate à citada doença, vacinaram seus rebanhos, e vêm agora suas criações padecendo do mesmo mal, tornando desacreditada a promoção. Uma pronta intervenção do Ministro Cirne Lima, solucionaria o problema, que, sem uma medida imediata poderá se tornar num problema bem maior.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1972.

(a) — **Nivaldo Krüger**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

a) — a recente elevação do salário mínimo do País em bases superiores a 21%, fato que redundará inevitavelmente, no aumento das prestações contraiadas pelo funcionalismo público junto ao BNH; na majoração do custo de vida em todos os sentidos, também, no transporte;

b) — a elevação do custo das tarifas das empresas de serviço público, como luz, telefone, água, etc.;

c) — principalmente, o fato de que, tanto a União, como os Governos de diversas unidades da Federação e Prefeituras Municipais já tiverem con-

cedido aumento de vencimentos ao seu funcionalismo em base superior a 20%;

Requer, a Vossa Excelência que encaminhe, apelo ao Governador do Estado, no sentido de que promova de imediato o reajuste de vencimentos dos servidores do Estado, em base superior a 20%, a fim de que estes não sintam a descapitalização e corrosão de seus salários, face à elevação do custo de vida.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1972.

(a) — **Hélio Manfrinato**

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 43-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizada a concessão de Títulos de Cidadão Honorário "Port-Mortem", ao Brigadeiro do Ar. Mário Calmon Eppinghaus, falecido recentemente em desastre aéreo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1972.

(a) — **João Mansur**

JUSTIFICATIVA:

Justa e significativa e merecedora é a homenagem póstuma que pretendemos prestar, em nome desta Casa e do povo paranaense, ao Excelentíssimo Senhor Brigadeiro do Ar. Mário Eppinghaus, recentemente falecido em desastre aéreo, ainda no vigor de sua existência, toda ela dedicada aos interesses de nossa Nação.

Seu longo e brilhante currículo de vida, desde quando assentou praça na gloriosa Força Aérea Brasileira, nos idos anos de 1934, até quando agora, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas e de Infanteria de Guarda, em nossa Capital, bem demonstra a dedicação e o espírito patriótico de Sua Exa. sempre devotados às armas e à magnífica carreira que trilhou, em quase todos seus escalões.

O Paraná rende, ao conceder o título de Cidadão Honorário "Post-Mortem", ao Brigadeiro Eppinghaus, mais do que uma homenagem, um agradecimento sentido de todos os filhos desta terra por aquele que até os últimos instantes de sua vida trabalhou e defendeu os interesses de nosso Estado.

Presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos — Seção do Paraná, Sua Exa. ainda há pouco encetava vigoroso movimento para dotar Guarapuava dos meios essenciais, prevendo a abertura de estradas, edificação de pontes e de aeroporto.

Sendo essa a justificativa, contamos com o total apoio dos meus nobres Pares. Anexo a biografia.

PROJETO DE LEI N.º 44-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a ESCOLA ESPECIALIZADA PRIMAVERA, de atendimento a crianças excepcionais, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1972.

(a) — **Jorge Sato**

JUSTIFICATIVA:

A Escola Especializada Primavera, é essencialmente de caráter filantrópico, assistencial e sem intuítos lucrativos, tendo por objetivos, estudos, pesquisas e divulgação do problema da criança retardada mental, acrescido de serviços de assistência médica, pedagógica e social. Propõe a Escola através de sua diretoria, integrar o excepcional, não somente se ocupando dos comportamentos individualizados, mas também, e com bastante ênfase, das atividades de mútua relação que formam e compõem um comportamento coletivo. Realiza também pesquisas no sentido de avaliar o desenvolvimento progressivo de ajustamento cada vez mais completo entre os vários elementos que compõem a cultura a atividade controlada e a atividade especial.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet, para o Pequeno Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Exmo. Sr. Presidente, Deputado Leopoldo Jacomel.

Conforme ficou estabelecido ontem, com muita satisfação estivemos hoje pela manhã em companhia do eminente Deputado João Mansur e não menos eminente Deputado Gilberto Carvalho, conversando com S. Exa. o Sr. Chefe de Gabinete, o Sr. Secretário de Educação e Cultura, Nelson Vieira Calabresi, e na oportunidade esclarecimentos foram prestados com relação às zeladoras contratadas: assegurou-nos que receberiam os vencimentos de março e abriu nos próximos dias e também salientou que a Comissão Especial designada pelo Sr. Secretário elaborou trabalho de grande profundidade esperando-se que em agosto seja definitivamente regularizada a situação das zeladoras que prestam serviços eventuais ao Estado. Tendo em vista a presteza e clareza com que as informações foram oferecidas, resolvemos reformular o requerimento ontem formulado e apresentar, no dia de hoje, novo pedido, vasado nos seguintes termos: (Lê)

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, tendo em vista consecutivos atrasos no pagamento dos serviços prestados por serventes que prestam serviços eventuais — zeladoras contratadas — à Secretaria de Educação e Cultura, bem como irregularidades já apontadas com relação ao regime de trabalho das mesmas, Requer, ouvida a Casa e na forma regimental, que se expeça ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura o seguinte Pedido de Informação:

1.º — Quais as providências que estão sendo adotadas pela SEC para solucionar a situação funcional das serventes que prestam serviços eventuais ao Estado?

2.º — Em que data será normalizado o pagamento das serventes referidas no item n.º 1?

Sala das Sessões, em 3 de maio de 1972.

(a) — **Maurício Fruet**.

Fizemos o Pedido de Informações e temos a certeza que hoje o mesmo será aprovado, porque acima de tudo, estaremos assegurando a esta Casa uma resposta oficial por parte de S. Exa. o Sr. Secretário de Educação e Cultura e desta maneira estaremos em condições de responder a todos aqueles que efetivamente nos procuram, dando a real situação e a forma pela qual o problema será equacionado devidamente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Odilon Reinhardt, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Designados que fomos para compor a Comissão constituída pelos Srs. Deputados Nivaldo Krüger e Fuad Nacli, no primeiro encontro da Agro-Pecuária de Cascavel, patrocinado pela Secretaria de Agricultura e pelo Ministério da Agricultura, queremos, através desta Tribuna, relatar aos Srs. o resultado, ou melhor dito, os resultados obtidos por ocasião daquele encontro. Inegavelmente o Sr. Secretário de Agricultura um homem inteiramente dedicado aos problemas a si afetos, com espírito público de real valor, deve, necessariamente nesta oportunidade ser enaltecido, porque encontrou neste Encontro da Agro-Pecuária a oportunidade de dar à região de Cascavel, Oeste do Paraná, os anseios, os reclamos que a agro-pecuária ali exigia. Assim também devemos dizer que estiveram ali presentes também representantes do Ministério da Agricultura, o IBDF, o Inara e diversos Departamentos daquele Ministério, mas o que mais importa ao conhecimento desta Casa foi a moção que, como representantes deste Poder, ali apresentamos. A moção está baseada nos seguintes termos: (Lê): — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

Srs. Deputados, merece inegavelmente, aplausos a forma pela qual se conduz, acima de tudo, as soluções dadas pelo Sr. Secretário da Agricultura, Roulien Baságia. E quero, desta Tribuna, apresentar as minhas congratulações, particularmente, ao Sr. Secretário da Agricultura e aos Senhores Diretores de Departamento do Ministério de Agricultura. Porque vemos assim que, pela vez primeira, o Oeste do Paraná é aquinhoado com uma solução, que dá a oportunidade de discutir "in loco" os problemas que lhe estão afetos.

Portanto, da Tribuna, queremos renovar, mais uma vez, ao Sr. Secretário da Agricultura e aos componentes do Ministério da Agricultura que compareceram juntamente com o Prefeito daquela região, representados pela Associação dos Municípios do Oeste paranaense, os aplausos que neste momento quero dar, desta Tribuna, frente aos Srs. Deputados e perante o Presidente desta Assembléia. — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumimos a Tribuna neste instante, apenas para dar conhecimento à Casa de um telex, que acabamos de receber, de Brasília com o seguinte teor: (Lê): — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

É a comunicação que queríamos fazer nesta tarde, para que a sessão da próxima 5a. feira, dia cinco de maio, seja toda ela dedicada ao Dia das Comunicações, pelo aniversário das Comunicações, aqui no nosso País.

Pego à Mesa, que escale oradores para que se pronunciem sobre esta data. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Estado do Paraná tem na economia madeireira um dos alicerces, um dos sustentáculos, da sua receita. O Estado do Paraná viveu durante muitos anos da extração madeireira; e outros Estados viveram ou deram vida à grande parcela da sua economia às custas da extração da madeira em bruto, de nossas florestas. Grandes indústrias localizadas fora do Estado do Paraná ainda hoje, contribuem para o erário do seu Estado, com parcelas muito ponderáveis à custa da exploração dos mananciais naturais do Paraná. Há poucos dias, nós acompanhamos a medida adotada pelo Estado de Mato Grosso que corajosamente defendia a seu interesse, proibindo a saída de tora bruta. E nós, segundo os cálculos do IBDF, temos pinho para apenas mais 7 anos. As essenciais florestais nobres, como a imbuia, cedro, cabriuva, a caviuna e outras, praticamente desapareceram. Mas, se ficarmos à margem da BR-277 que atravessa o Oeste do Estado, se ficarmos observando transportes pela Rede Ferroviária Federal, verificamos, Srs. Deputados, que grande é o número de toras que ainda são exportadas em bruto do Estado do Paraná. Milhões e milhões de cruzeiros, que saem para serem industrializados no vizinho Estado de São Paulo, Santa Catarina, com graves prejuízos para a economia paranaense. Não podemos ficar insensíveis diante deste quadro.

Uma indústria madeireira que leva do Paraná, a tora de pinho, paga, apenas 27 cruzeiros de ICM, por metro cúbico de tora. E, esse metro cúbico industrializado, laminado no Estado de São Paulo, gera 470 cruzeiros de ICM e mais, toda a mão de obra ali paga por aquela indústria. Por que não evitamos que essa madeira saia em bruto do Estado do Paraná? Por que não tomarmos esta medida, enquanto existe alguma reserva florestal? O Deputado Pinto Dias, conhecendo o problema de perto, apresentou um Projeto na Legislação passada, no sentido do que ora assinamos e que voltamos novamente a apresentar nesta Casa, impedindo a saída de madeira em tora do Estado do Paraná.

Vejam, Srs. Deputados, lá na minha região que é a terminal ferroviária, para cada dez vagões de madeira serrada são carregados dez de madeira em tora e isto me parece altamente prejudicial à economia paranaense e ao interesse social do Estado. Quantos operários poderiam trabalhar na indústria de transformação da madeira que sai em bruto do Paraná, madeira que vai para Estados vizinhos e volta transformada em utensílios, fabricados para serem consumidos por nós, no Paraná!

Não é preciso mais justificar, pois é evidente que o interesse do Estado está altamente prejudicado com a saída de toras.

Vai nosso alerta ao Governo do Estado do Paraná, para que tome medidas como as tomadas em Mato Grosso, cujas matas estão inteiramente virgens e cuja exploração até justificaria a saída de madeira em tora. Mas o Governo, preservando os interesses do povo e da economia, impediu corajosamente a saída de madeira em tora e hoje sabemos que no território de Mato Grosso instalaram-se indústrias que estavam instaladas em outras áreas do País. Hoje é o Estado que explora racionalmente uma economia natural.

Assim apresentaremos na sessão de amanhã um Projeto que regula a matéria e esperamos contar com o apoio de todos.

Nestas condições encerro minhas palavras, em virtude do tempo já haver se extinguido. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente gostaria de endereçar verbalmente um requerimento a esta douta Mesa. Na sessão de ontem foi aprovado pela Casa requerimento do nobre Deputado Arizone Araújo, pedindo à Mesa a indicação de nomes para representar a Assembléia na Exposição Regional de Suínos que se realiza esta semana no Município de Francisco Beltrão.

Por um lapso do nobre Deputado deixou de constar da relação dos nomes propostos à Casa, o do ilustre Deputado Ivo Tomazoni que também representa o Sudoeste do Paraná nesta Assembléia.

Tendo em vista a ausência do nobre colega Arizone Araújo, permito-me, Sr. Presidente, sanar a lacuna ocorrida e solicito à digna Presidência que inclua o nome do Deputado Ivo Tomazoni na relação dos que devem representar esta Casa na Exposição referida, uma vez que é praxe da Casa, em acontecimentos desta natureza, que ela se faça representar pela totalidade dos Deputados representantes da região onde se realizam esses certames.

Prosseguindo, Sr. Presidente, quem abre um jornal, nos dias de hoje, sem dúvida alguma, observa que o paradoxo é a constante da vida brasileira. Misturam-se libertadores com liberdicidas. Comemora-se Tiradentes juntamente com autoridades portuguesas, parecendo que a memória não existe, evidenciando um descaso total para o nosso passado histórico, que, por sua importância, está vivo para todos os brasileiros.

Tendo, pelo povo português, a maior admiração. Grande foi sua contribuição à História Universal e, em particular, ao nosso País. Mas, daí a admitir a mistura, nas comemorações da memória de Tiradentes com as autoridades portuguesas, vai uma distância muito grande.

Registro apenas o fato como um paradoxo a mais na vida do País durante os dias que estamos vivendo. Estranho, mesmo que se fale em D. Pedro I e se homenageie o Governo português, porque acreditado que se D. Pedro existisse ainda nos dias de hoje por certo usaria a mesma espada com que proclamou a liberdade política de nosso País, para reivindicar a emancipação política de Angola e Moçambique.

Mas, não param aí as ironias. Firmou-se um acordo, um convênio, estabelecendo a igualdade de direitos entre portugueses e brasileiros. Os portugueses, os cidadãos de Portugal, hoje, podem votar no Brasil, ao mesmo tempo que os brasileiros que vivem em Portugal, também lá podem votar. Apenas se esqueceram que não existem eleições, nem no Brasil, nem em Portugal...

Mas, como supremo paradoxo político de nossos dias, não posso deixar de registrar aquilo que, para mim, tem quase o sentido de uma anedota histórica: a presença do Sr. Felinto Müller no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Kepito, até parece uma anedota histórica a presença do Chefe de Polícia do Estado Novo, do agente policial da ditadura, hoje transformado em guardião da Democracia e protetor dos direitos da pessoa humana.

Faço estas breves considerações, registro estes paradoxos apenas como intróito do motivo que me traz à Tribuna, nesta tarde, qual seja, o de ler, para que conste nos registros desta Casa a moção da Associação Brasileira de Imprensa, recomendando a não participação de seus membros junto ao referido Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. A leitura dessa moção aprovada por unanimidade pelo Conselho da ABI, dispensa maiores comentários.

Diz a Resolução: (Lendo) "A Assembléia Geral da Associação Brasileira de Imprensa expressou, em 1971, existir incompatibilidade insanável entre o sigilo na administração pública e o livre acesso às fontes de informação. Manifestava, em consequência, sua preocupação pelas tentativas, então iniciadas, para tornar sigilosas as atividades do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do qual participa nos termos da lei n.º 4.619, o presidente desta entidade de jornalistas.

Recomendou a Assembléia Geral, naquela oportunidade, se esforçasse o Presidente Danton Jobim por anular tais tentativas, já que não se compreenderia um jornalista participando de trabalhos de divulgação, cerceada e com fontes de informação vedadas aos profissionais. O Presidente Danton Jobim honrou a recomendação e, quer no Plenário do CDDPH, quer no Senado Federal, combateu em defesa do livre acesso às fontes de informação, como parte integrante da liberdade de imprensa."

Outra moção aprovada tem o seguinte teor: "Assembléia Geral Ordinária da Associação Brasileira de Imprensa, neste ano do Sesqui-centenário, comunga do júbilo patriótico do povo e do governo brasileiros pelo transcurso de um século e meio de vida independente e se integra no conjunto da nacionalidade empenhada em complementar a independência política pela emancipação econômica, em processo de ser alcançada. Como assinalou o Exmo. Sr. Presidente da República a soberania da Nação não se outorga, não se recebe de presente, antes se conquista, se preserva e se amplia. Eis porque os ensinamentos de Tiradentes e de José Bonifácio não de ser lembrados e reverenciados no ano do Sesqui-centenário como o melhor roteiro para que o Brasil seja uma Nação livre, próspera e feliz.

A imprensa tem procurado cumprir o seu dever contribuindo para que o Brasil alcance a sua vocação de fraternidade e paz, ainda que, por vezes, com sérios entraves, pelo tolhimento da liberdade de informar e de criticar. Que cada órgão e cada homem de imprensa se capacitem da grandeza desta missão e saibam trazer a sua colaboração ao grande debate de doutrinas e de idéias, essencial à formação do consenso majoritário fundamental à vida democrática.

A Assembléia Geral da ABI como em oportunidades anteriores, acredita que o vocação de fraternidade e de paz do Brasil será tão mais prontamente alcançada quanto mais rapidamente se eliminarem as barreiras que dividem os brasileiros. Hoje, neste ano do Sesquicentenário, como em outras épocas memoráveis de nossa História, a anistia — o esquecimento e a confraternização — é o remédio que cabe aplicar com altruísmo e discernimento, para que o Brasil venha a ser efetivamente a comunidade de todos."

Fatos conhecidos impediram fosse alcançado o objetivo da Assembléia Geral. O que em 1971 era ameaça, fez-se realidade em 1972. A alteração do texto legal tornou sigilosas as reuniões e os debates do CDDPH, cuja atividade de imprensa terá de noticiar através de notas oficiais, barrado que foi, de vez, o acesso às respectivas fontes de informação.

A Assembléia Geral não tem porque modificar hoje, o seu entendimento de ontem: não há como compatibilizar a presença do representante da ABI em um organismo fechado às indagações democráticas da imprensa. Persiste fortalecida — e não por culpa da ABI — a incompatibilidade insanável que impede, no momento, a presença do Delegado da ABI nas reuniões do CDDPH.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estava aguardando que V. Exa. concluísse o magnífico pronunciamento que V. Exa. está fazendo, mas não resisti a tentação e fico verdadeira-

mente empolgado quando desta Tribuna se fere assunto desta ordem. As idéias agitam os homens, mexem com pontos de vista e eu quero aproveitar a oportunidade Deputado, para congratular-me por um lado por ter V. Exa. trazido a esta Casa assunto de tamanha importância. Também nós o outro Partido da Revolução, discordo de V. Exa. que seja só a Arena o Partido da Revolução, ambos os Partidos nasceram desta Revolução e ambos ainda não encontraram, não cumpriram o fato histórico que nós vivemos, também nós nos preocupamos e temos nos preocupado com profundidade com o destino da vida política de nosso País. V. Exa. disse agora, e não queria perder a oportunidade e concordo com V. Exa., que esta geração está desconfiada, não há razão para o desalento, contudo, nós todos estamos mais ou menos desalentados. Entretanto, para responder a este desafio, seria necessário que se desse oportunidade a juventude de participar. Entretanto, a juventude está amarrada, freada pelo Decreto que tem o número 427, V. Exa. conhece perfeitamente, esta geração de jovens está sendo conduzida para o tecnicismo e não está sendo despertada para teses políticas. Parece que a concepção dos que têm o poder é a concepção tecnicista. Daí porque me parece um tanto irreal e utópica a tese que V. Exa. defende e com a qual concordo e também, na minha área política defendendo a necessidade de vitalidade do Poder, de idéias, de debates, entretanto, não há interesse porque, ilustre Deputado, esta ausência de realismo em teses desta natureza faz com que o povo se afaste, porque conhece o povo, sabe o povo, que os diversos setores vivos da Nação, que os centros das decisões não é o partido político, quando deveria ser o partido político. O centro das decisões de um partido que dá sustentação a um governo, deveria ser o partido político. Estou de pleno acordo com V. Exa. Entretanto se adotou uma nova concepção, é o centro das decisões.

Sabemos que não é o partido político, se fôsse, as decisões deveriam vir coadas, peneiradas, de baixo para cima, e o que vemos hoje, é a completa inversão deste conceito, é de cima para baixo que se impõe as decisões. E daí, eu entender a angústia e a revolta de V. Exa., propondo o que V. Exa. está propondo, sinto isto também. Entretanto, me parece que esta tese está completamente fora da realidade, contudo os pronunciamentos dos que detêm o comando do País, sejam no sentido de convocar as classes políticas, mas as decisões não são as classes políticas. É o aparte e peço desculpas a V. Exa. pela interrupção. Muito obrigado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o aparte de V. Exa. como sempre preciso, brilhante.

Concordamos em tese com relação às posturas dos problemas políticos. Entretanto, sou daqueles, Sr. Deputado, que não desanimam com facilidade, tenho muita esperança e creio muito, acima de tudo nos homens bem intencionados. E discorde V. Exa. ou não, eu ainda tenho motivos para acreditar na Revolução e nos dirigentes deste País.

Por tudo quanto de benefício tem feito por este País e para este Estado. É verdade, Sr. Deputado, e eu aponto no contexto do meu discurso, quem sabe não com a clareza exigida, é verdade que muita coisa está para se fazer sobretudo, no campo político, mas atribuo a grande responsabilidade, aos próprios políticos que não souberam no transcorrer dos oito anos da Revolução organizar-se suficientemente, demonstrar ao povo, que têm condições de conduzir o País e de mostrar à própria Revolução que tem o apoio do povo. É preciso então, na minha maneira de entender, é o partido que fala, o partido da Revolução, digo, é o partido ao qual eu pertencço, com que o partido da oposição organize-se para mostrar à Revolução que homens que pertencem à oposição são maduros com condições de conduzir este País com possibilidades de manter o processo econômico num clima de total democracia e liberdade.

O Sr. Nivaldo Krüger — Apenas para fazer um reparo à concepção que V. Exa. faz com relação aos homens que dirigem a Nação.

Devo dizer que também não descreio da boa intenção, do objetivo que este grupo tem em mente. Porque creio, são homens da mais alta categoria. Entretanto, eles se colocam numa conceituação completamente diversa da que nos colocamos. Daí, a divergência. Com relação ao partido político, V. Exa. tem razão. Vejo como é difícil a ARENA, o partido da Revolução, que também tem tido os velhos vícios que infelicitaram os governos passados.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Como aconteceu com o MDB.

O Sr. Nivaldo Krüger — Exato. Mas com uma diferença, que o MDB não está no Poder, e talvez se estivesse, teria os mesmos vícios, porque isto parece ser histórico dos políticos brasileiros. Veja V. Exa. a nossa surpresa, quando um partido da Revolução que promete a renovação de tudo e nós vemos que determinados Municípios do nosso Estado, os professores para dar uma aula, precisam estar inscritos no Partido do Governo.

Nós vemos ainda o desastre do comando político, que no meu entender, é um retrocesso no processo que procura-se impor. Então, o próprio partido da Revolução parece que está sendo um entrave ao processo da Revolução; como eu entendo que a Revolução deva ser: não a posse do poder, pura simplesmente; mas em profundidade, transformação de tudo e a colocação das coisas no seu devido lugar. Então esse partido precisa ser reformulado inteiramente.

Sei que no Município de Guarapuava, numa campanha, lá injetou o Governo, dinheiro para os cabos eleitorais para o candidato a prefeito, do Governo ganhar a eleição, gastando milhões e milhões, não se sabe dinheiro vindo de onde. Então, este processo precisa realmente ser mudado. E eu me parabeno com V. Exa. e com o seu pronunciamento.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço mais uma vez o aparte de V. Exa.. Apenas gostaria de dizer que o erro de alguns não pode ser debitado ao partido. Os problemas que existem em um determinado município, não podem ser generalizados. E se V. Exa. cita que em determinada região, o professor precisa, para dar aula, estar filiado à Arena; citarei inúmeros professores do MDB que dão aula em vários Municípios do Paraná. É possível que haja erros setoriais, mas de maneira geral, a tentativa, a vontade, o desejo é de acertar.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, vale a pena apartear V. Exa. neste instante. Uma análise que se faça, sr. Deputado, do panorama do nosso País, dos nossos grandes problemas; das nossas grandes metas; nos leva a uma conclusão curiosa. Ninguém tem ilusões; ninguém duvida que o Poder Executivo está empenhado, numa série de setores: o setor econômico, o setor financeiro; o setor social; o setor das nossas relações internacionais; realmente o País se afirma; o País se projeta; e o País passa a conquistar o respeito de outros. Entretanto, se nós olharmos e verificarmos que o povo está empolgado por tudo isto; o povo aplaude; e o povo bate palmas; entretanto se nós olharmos para o lado drástico disso tudo, nós estamos vendo que este mesmo povo está ficando calado, está ficando mudo e não está mesmo se interessando pelos problemas relacionados com a política. E hoje, em virtude

desse alheamento do povo, na solução desses problemas, de enfrentar as grandes teses, verificamos contristados, que o poder político vai enfraquecer, vai se amesquinhar; e hoje, por incrível que pareça, quando se fala em política, o sinônimo é Legislativo. Porque o Executivo, preocupado com as grandes metas técnicas, com os grandes problemas está se esquecendo do setor político. E já se falou mais uma vez que há vários caminhos que levam ao Poder; mas só há um que permite que nele se continue; é através da política.

Ora, no instante em que não se cuida dela, em que ela está à beira da falência, da concordata, e considerando que só através dela se pode ficar no poder, é evidente que se está cometendo um equívoco, um erro. Porque, no instante em que a política falir, fatalmente, aqueles que detêm o poder cairão. Porque, só se fica no poder através da política bem intencionada. A idéia de V. Exa. de promover reuniões de adeptos do mesmo partido, para exporem suas idéias em assembleias de estudo, talvez seja uma das formas do Poder Legislativo se fortalecer, se reequilibrar. Porque somente através da política é que se pode conquistar as grandes teses, as grandes idéias dos partidos.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço ao eminente Deputado Armando Queiroz o brilhante aparte que me ofereceu e com o qual concordo em gênero, número e caso. Gostaria até, se esta proposição fosse aprovada, na segunda-feira, que V. Exa. fosse uma das primeiras figuras a expor e desenvolver seu pensamento perante os companheiros da ARENA. Porque de pouco adianta que fiquemos fechados em quatro paredes, dentro deste Poder, se não tivermos a coragem cívica e moral de dizer, fora daqui, nos agrupamentos populares, nas reuniões políticas, aquilo que aqui dentro dizemos. E é exatamente isso o que desejamos: movimentar a opinião pública para-aí, movimentar os políticos para as grandes questões do momento. E, através dessa motivação, chegar às portas do Poder Legislativo, ouvir os seus argumentos, concordar com seus técnicos, e expor, com racionalidade e argumentos, as nossas idéias, as nossas teses.

O Sr. João Manur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, quero cumprimentar V. Exa., que, resta tarde, fugindo à rotina de nossos trabalhos aqui nesta Casa, abriu um debate para um assunto tão importante como esse que V. Exa., com tanto brilhantismo, está abordando. E, como bem disse o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. é um dos mais brilhantes Deputados da geração moça que integra esta Casa, com longa fôlha de serviços já prestados à causa pública de nosso Estado.

Quero cumprimentar V. Exa. em nome do nosso Partido, e dizer que V. Exa. pode contar com o nosso apoio, na Comissão Executiva do Partido, por ocasião da apreciação dessa sua Proposição. Porque entendo que só dessa forma, através de elementos de coragem e de idealismo, como V. Exa., é que poderemos levar, para todos os recantos de nosso Estado, aos nossos companheiros do Interior, que se encontram, de certa forma esquecidos, levar-lhes uma mensagem do nosso Partido, através de elementos de projeção que atuam na vida partidária de nosso Estado e, se de um lado, eu discordo em parte do nobre Deputado Armando Queiroz, quando diz que nossos companheiros estão desiludidos e desinteressados do problema político, porque confesso, nobre Deputado, que na minha região encontrei um entusiasmo em todos os Municípios e um grande número de companheiros lutando para serem candidatos à chefia dos Executivos Municipais ou à vereança nas Câmaras Legislativas. De modo que o que está faltando aos nossos companheiros do interior, é realmente isso, que V. Exa. numa feliz iniciativa nesta tarde, traz à consideração de nosso Partido, que é levar a nossa palavra de fé, estímulo e coragem, através da liderança de nosso Partido, a todos os recantos de nosso Estado. De modo que receba nossos cumprimentos e entre e apresente o mais breve possível esse seu pronunciamento, a fim de que o nosso Partido dê guarida e possamos já marcar reuniões regionais. Já que não podemos levar a todos os Municípios, mas, pelo menos nas regiões principais de nosso Estado, para transmitir o pensamento do homem que dirige os destinos de nossa Nação. V. Exa. receba meus cumprimentos, porque teve um dos dias mais felizes aqui nesta Casa, trazendo à consideração de todos, esse seu pronunciamento.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço profundamente a V. Exa. o seu aparte de apoio, não só por vir de um dos Deputados que mais admiro pela sua conduta e honradez nesta Casa, mas sobretudo porque a liderança partidária de V. Exa. não apenas na sua região, mas em todo o Paraná, o credencia como um dos eminentes líderes políticos da ARENA e seu aval a essa causa, já é um prenúncio de que ela será vitoriosa dentro dos quadros de nosso partido.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não era meu propósito, evidentemente, continuar perturbando o discurso de V. Exa. mas, diante do aparte dado pelo sr. Deputado João Mansur, que citou meu nome, inclusive discordando de um tópico do meu raciocínio, preciso insistir nele, porque dele estou convencido. Afirmei aqui que o Poder Executivo, grande vencedor de muitas de nossas metas, programas e objetivos, e citei alguns, tem levado até euforia ao povo. O povo, realmente, está empolgado, está satisfeito, está feliz, seja por patriotismo seja por gostar muito de nosso País. O povo gosta de ver nosso sucesso por aí fora. Mas, afirmei que essa euforia está fazendo com que o povo se afaste um pouco das lides políticas e partidárias e que isso é um mal, um erro, e não cheguei a detalhar, mas já que meu pensamento deve ser esclarecido, quero lembrar que na hora da ARENA organizar seus diretórios em cidades como Curitiba e Porto Alegre não consegue. E tanto isso é verdade que vimos um Projeto de Lei, reduzindo o quorum para funcionamento das reuniões, o que é uma confissão evidente do alheamento de nosso povo das lides partidárias. E assim, praticamente, em todas as cidades de nosso Estado. Cito a minha região, por exemplo, em que comparecem às convenções cerca de 40% dos companheiros, no máximo. É prova evidente de que o povo está realmente empolgado com as grandes metas administrativas de nosso Governo, mas cometendo esse equívoco, se alheando dos programas políticos e portanto enfraquecendo. E enfraquecendo, ninguém tenha dúvidas, serão enfraquecidos nossos grandes objetivos, nossas grandes metas porque é impossível querer continuar no Poder sem ter como sustentar a arma política.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço, uma vez mais, o aparte de V. Exa. que comprova a necessidade de que os líderes políticos tomando consciência dos problemas, e, de certa forma, como diz V. Exa., do alheamento das próprias lideranças políticas do interior, tomem providências dentro do seio partidário a fim de que a chama volte a tremular e as esperanças renasçam.

Acredito que aceita estas propostas que farei segunda-feira na Comissão Executiva da Arena, dentro deste Estado estaremos cumprindo nosso dever como homens públicos e como políticos militantes.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A minha intenção é principalmente, cumprimentar e aplaudir V. Exa. pelo pronunciamento tão feliz, tão oportuno e tão adequado. Note, Sr. Deputado, que, pelos apartes que recebeu, a tese que defende, com raro brilhantismo, estava sendo aguardada com ansiedade nesta Casa.

Eminente Deputado, V. Exa. que é um jovem brilhante, estudioso e que conhece outros Países, não somente o nosso, sabe que há uma ciência que domina o mundo. Esta ciência é a política. Portanto, o político é um grande técnico. Creio que V. Exa. sabe disto. Há uma ciência e o político militante é o técnico. Sua tese vai acabar, de uma vez por todas o que sempre se ouve por aí.

Muitas vezes quando se vai a um Departamento, ouve-se o Diretor dizer: temos um técnico a serviço da política e não um político, como se a política, no entender dele, fosse uma palavra pejorativa. A política, no meu entender é construtiva.

Ainda há pouco, em aparte, se fez ouvir a palavra ao eminente Secretário Geral da Arerá, Deputado Borsari Neto, dizendo que há necessidade de uma reestruturação financeira do Partido. Isto vem conscientizar esses técnicos que não entendem que estão a serviço de um Partido Político. De acordo com suas propostas serão feitas verdadeiras sabatinas e esses homens haverão de compreender que o político militante é um grande técnico, que o maior técnico porque sem habilidade e sem sensibilidade política não voltariam para aqui, não seriam eleitos e nem reeleitos os Deputados.

Muito obrigado pelo aparte que me ofereceu, se o solicitei não foi para interferir em nada e nem para inclinar mais alguma coisa neste belo pronunciamento, mas apenas para aplaudir e cumprimentar V. Exa.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradecemos o aparte de V. Exa. que veio ilustrar sobremaneira o modesto pronunciamento que fazemos nesta Tribuna na tarde de hoje.

Temos certeza, também, com a sua adesão a esta causa nos termos em que a coloca, que o nosso Partido estará realmente, de agora em diante, partindo para novos rumos e novos caminhos e que os políticos estão conscientes da sua responsabilidade e da sua obrigação para com o futuro deste Estado e desta Nação.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quando dizia que esta tese carece um pouco de realismo, contudo válida como uma grande lição, quero fixar dois pontos fundamentais. Primeiro: Os recursos para o Partido o Governo Federal não cumpre a Lei do Fundo Partidário. Não se sabe o que dizer disto. O MDB tem solicitado do Governo informações sobre isso e os Partido hoje não chegam ao povo, por finalidade dinamizar a vida partidária, está sendo retido pelos dirigentes do Partido de V. Exa.

Outro aspecto: V. Exa. quer dar vitalidade ao Partido — estou de pleno acordo. Entretanto, a existência e a permanência da sub-legenda faz com que a Casa continue dividida, e isto é bíblico: "reino dividido, reino destruído". Portanto, enquanto perdurarem as sub-legendas nós veremos em nossos Partido companheiros do mesmo Partido, e, isto jamais fez com que um Partido seja pujante, tenha unidade. Razão tem o povo, que se omite porque não acredita, acha que tudo isto não passa de uma atividade ilusória. que nós políticos com o otimismo que temos, ainda nos mantemos na nossa posição. Quanto à alegria do povo, não acredito eis que o Homem só é alegre quando participa, aquele que não participa é melancólico, infeliz.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço uma vez mais os apartes de V. Exa., que sempre são brilhantes, entretanto, veja V. Exa. Sr. Deputado Nivaldo Krüger que diz ser a tese que defendemos ao lado de outros companheiros da ARENA, não válida.

O Sr. Nivaldo Krüger — Não é que não ache válida, apenas um pouco fora da realidade!

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Um pouco fora da realidade? Se o MDB é o Partido nesta Nação que vem fazendo o que estamos propondo, os Encontros Regionais, os debates de temas. Os Encontros Nacionais, isto, se não é válido para nós, é válido para o seu Partido?

O Sr. Nivaldo Krüger — Eu respondo: tínhamos um Encontro para Casca, que já adiamos. Todo o nosso ânimo veio abaixo com a medida governamental no sentido de adiar as eleições porque a motivação de um Partido é a conquista de um poder, para dá-lo como meio de aplicação, não como fim único, para aplicação dos princípios que defende!

Então proponho, considerando o povo, Encontros Regionais, para que o povo tivesse conhecimento das nossas idéias, dos nossos pontos de vista, do que nós pensamos da organização jurídica, organização econômica, sobre o desenvolvimento da Educação, enfim, de tudo que diz respeito aos interesses do povo. Entretanto, com a eliminação das eleições diretas caiu totalmente, desapareceu a nossa motivação, porque o povo também sente que tudo isto não tem sentido, sabe perfeitamente que as sessões da Assembléia não alteram as determinações do Governo, e sabe também que as determinações do Governo são acatadas unanimemente, quer queiram, quer não queiram os Srs. Deputados, porque é um sistema de imposição de cima para baixo.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu vejo na tarde de hoje, com muita tristeza, o seu desalento e a sua desesperança. Estou habituado a vê-lo sempre como um dos Deputados mais combativos desta Casa...

O Sr. Nivaldo Krüger — É realismo, Sr. Deputado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ... mais atuantes desta Tribuna, portanto estranho que V. Exa., líder político atuante como é, esteja tão desesperançado, esteja chegando até à própria desesperança dentro deste Poder, e dentro deste Estado.

Acredito, Sr. Deputado, com todo o respeito que V. Exa. me merece, que os obstáculos surgidos para o seu Partido, como ao nosso Partido, deva ser um desafio à nossa capacidade política de transpor estes obstáculos. Diante das limitações legais que temos hoje não podemos por uma medida transitória que é, nos desiludirmos e levarmos o desestímulo ao próprio povo que corria em V. Exa., que confia em mim, que está no Interior, aguardando que se faça alguma coisa por ele.

No momento em que a desesperança chegar à liderança, então é melhor que, com honestidade, na hora em que cada um sentir que suas palavras são vazias neste Plenário, é melhor que pegamos, nós próprios, o fechamento do Poder Legislativo, porque, se acreditamos que nossa atuação é inútil seremos muito mais hipócritas se concordarmos em fazermos papel de fantoches nesta Casa.

O sr. Nivaldo Krüger — Devo dizer a V. Exa., ilustre Deputado que as afirmações feitas por V. Exa. eu as compreendo perfeitamente. São irrefutáveis aos meus argumentos. Com relação à divisão partidária, V. Exa. sabe que o Partido da situação é um Partido dividido. V. Exa. sabe que se, entredevoram companheiros de sua Bancada, como todo Partido grande.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Exatamente. Não é privilégio do Partido, não é privilégio do Brasil não é privilégio do Regime Democrático. Todo grande Partido são Partidos divididos.

O sr. Nivaldo Krüger — Só no Brasil existe sub-legendas.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Absolutamente. V. Exa. está equivocado.

E vários Partidos do mundo admitem a sub-legenda inclusive no Uruguai o atual Presidente da República foi eleito com minoria, porque perdeu na Comissão, digo, na soma de votos.

O sr. Nivaldo Krüger — E em que situação política e social está o Uruguai?

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Mas, V. Exa. está dizendo que só no Brasil existem sub-legendas. Eu estou apenas contrapondo os argumentos de V. Exa.

O sr. Nivaldo Krüger — Aceito a informação e desconhecia as razões da anarquia política no Uruguai.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — As razões não são apenas estas. Já que V. Exa. desconhece este fato político deve desconhecer os fatos econômicos e sociais do Uruguai.

O sr. Nivaldo Krüger — Perfeitamente, V. Exa. me coloca na posição do desalentado sutil e agora com certa dose de malícia porque eu compreendo e aceito partindo da inteligência de V. Exa. Entretanto discordo da colocação que V. Exa. faz da minha pessoa. Primeiro não estaria aqui hoje nesta Assembléia Legislativa debatendo entusiasmo e empolgado com V. Exa. descrese do sistema descrese de que ainda há possibilidade de recuperarmos a vida política nacional e para reforçar, lembro a V. Exa., ontem quando o Líder de minha Bancada propunha a auto-dissolução do meu Partido, assumi posição contrária ao Líder do meu Partido, contrário à auto-dissolução, porque vislumbro uma chama, uma pequena chama, no horizonte e enquanto houver uma pequena chama no horizonte nós devemos continuar lutando trabalhando pela realização política do nosso País. Assim Deputado, não aceito e espero que V. Exa. não me tenha nesta conta de um homem desalentado e desentusiasmado. Agora jamais farei o papel ridículo de interpretar a realidade vivida pelo nosso povo. Enquanto V. Exa. esteve no estrangeiro, estive nos bairros do interior, na capoeira, vivendo com meu povo sentindo as dores, as queixas do pequeno comerciante que está massacrado, que não tem condições de sobrevivência, das pequenas bodegas que fecharam e não tem condições mais de atender as nossas regiões, das pequenas sorveterias do interior que vêem hoje outro conceito do Governo de grande empresas, de pequenos estabelecimentos, pequenos produtores que estão sendo massacrados porque não têm condição de competir e assim por diante vivendo e sentindo os reclamos do povo. O que faço aqui é trazer este sentimento do povo a esta Assembléia para que os homens bem intencionados, os homens cultos, capazes como V. Exa. possam levar ao Governo os reclamos do povo, porque nós falando e dizendo e afirmando tudo é levado a conta do oposicionismo.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço mais uma vez o aparte de V. Exa. sr. Deputado Nivaldo Krüger e retifico o conceito diante das suas últimas palavras, eu estava entendendo na tarde de hoje como um desalentado, porque sempre o vi como um Deputado atuante que acredita, que tem esperanças, mas apenas para finalizar o que escrevi, logo em seguida, Deputado João Mansur com o maior prazer concederei o aparte a V. Exa.

O sr. João Mansur — Apenas para discordar frontalmente do nobre Deputado Nivaldo Krüger, quando diz que adiaram a reunião, a Convenção Regional em Casca, por falta de interesse.

Discordo plenamente porque eu nunca vi tanto interesse justamente na cidade de Casca, na disputa das eleições municipais. Vou dizer mais, nobre Deputado, o nosso Partido terá que suar para conseguir derrubar o MDB naquela cidade. Nunca vi tanto interesse justamente na cidade aonde ele diz que tiveram que adiar por falta de interesse.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre orador que falta um minuto para concluir a sua oração.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Vou usar de alguns minutos sr. Presidente para concluir a minha oração.

(Continua lendo): "A ARENA que concorda e apoia as principais medidas da Revolução, com sinceridade e seriedade, está reservado o destino de preservar as suas conquistas ampliá-las e defendê-las."

Se é verdade que devemos participar das decisões de governo em todos os níveis, não é menos verdade que, como políticos devemos demonstrar com atos e fatos, que sabemos o que queremos e queremos o que sabemos.

Dai, estas sugestões que visam tão somente um início de mobilização partidária com concientização dos seus integrantes e exercício de suas prerrogativas legais.

Cremos na ARENA e nos homens que a integra.

Sabemos que nenhum político deseja e quer passar à história como seu espectador.

Está é a hora de ajudarmos a fazer a história e de construir a grande Pátria cristã, livre e democrática."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Desejo cumprimentar o nobre sr. Deputado Candido Martins de Oliveira, pela oportunidade do seu pronunciamento, pela felicidade com que se houve ao conduzir a sua brilhante oração.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 280-71, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Gottardo Bottarelli. — Aprovado.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 279-70, de autoria do Dep. Wilson

Fortes, cria o Curso Científico, na cidade de Paraizo do Norte. — Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 278-71, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 292-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 319-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica criado um Curso Ginásial no Bairro de Vila Fany, desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com Emenda Substitutiva. — **Aprovado artigo por artigo, com emenda substitutiva.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 34-71, de autoria dos Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, fica criada uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 35-71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de "União da Vitória", um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado artigo por artigo.**

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 212-70, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, em Nova América da Colina. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.

PROJETO DE LEI N. 212-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Grau Colegial, na sede do Município de Nova América da Colina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970.

a) João Mansur

JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento pelo qual atravessa o Município de Nova América da Colina, está a exigir dos Poderes competentes a criação de um estabelecimento de 2.º ciclo.

Tal medida virá beneficiar um grande número de alunos em condições de receberem a instrução necessária para o desenvolvimento do País.

Além do mais, a criação de tal estabelecimento de ensino virá trazer, sem dúvida alguma, uma grande economia para as famílias daquela cidade, as quais não mais terão necessidade de deslocarem seus filhos para outros centros.

São estas, Senhores Deputados, as razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, para o qual solicitamos o indispensável apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 212-72

AUTOR: Dep. João Mansur

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de Grau Colegial em Nova América da Colina.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual Dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos;

4.º — Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe: "E da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abrem créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedem subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efeitos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — Não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do

Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento, com despesas normais de professores, funcionários etc..

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênica aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide, de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura";

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da Lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971

aa) Wilson Fortes — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza, Acyr José, Muggiati Filho, Gilberto Carvalho, Cândido Martins de Oliveira (Vencido) Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 212-70

I — O plano de Lei em exame, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal de grau Colegial, em Nova América da Colina, localizada na sede do município.

II — A justificativa do autor do projeto, Deputado João Mansur, nos convence da necessidade da medida pleiteada, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Fuad Nacli e Santos Lima.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 212-70

AUTOR: Dep. João Mansur

1) — O nobre deputado João Mansur pretende, com este plano de lei, autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, de grau Colegial, na sede do Município de Nova América da Colina.

2) — As razões invocadas em favor da medida preconizada não deixam dúvidas quanto à necessidade da mesma, o que leva a opinar, no mérito, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em... de novembro de 1971

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Aryzone Araújo — Relator

Alvaro Dias

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 281-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P.

PROJETO DE LEI N. 281-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo anos Letivo..

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

As nações em desenvolvimento voltam todas as suas atenções para a educação. Este é o melhor dos investimentos. O Paraná, semeou escolas por todos os recantos, mas a demanda aumenta a cada dia, pois o crescimento demográfico é vertiginoso.

Propomos o presente plano de Lei, pois julgamos que a educação, traz oportunidades, está a promoção humana e o bem estar e consequentemente constitui o melhor investimento que o poder público pode oferecer, uma vez que entre ao homem de amanhã os instrumentos com os quais poderá ganhar a sua vida e alcançar mais valia e propiciar o desenvolvimento da nação inteira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 281-70

AUTOR: Deputado Wilson Fortes

SUMULA: Cria o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama para funcionar a partir do próximo anos letivo.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.0 — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.0 — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "ir loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.0 — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.0 — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.0 — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47.

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.0 — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, eo mecarismo que se processa da autorização até o funcionamento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início de funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento, com despesas normais de professores, funcionários etc..

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênua aos argumentos ali expendidos, discordamos que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Educação que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Dai observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquele que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura, o que não ocorre no caso".

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lósso — Relator

Emílio Carazzini — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SUMULA: Cria, o Ginásio Estadual de Santa Eliza, Distrito de Umuarama, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

PARECER

O presente projeto de lei, é matéria meramente autorizatória, não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela aprovação da presente proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em. outubro de 1971.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruct e Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 281-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

PARECER

1) — O Plano de lei sob exame, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, objetiva criar o Ginásio Estadual de Santa Eliza, no distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

2) — Na justificativa que o acompanha estão alinhadas as razões determinantes da sua apresentação, as quais nos convencem plenamente.

3) — No mérito, que cabe a esta Comissão opinar, somos favoráveis à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de novembro de 1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Aryzone Araújo — Relator

Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 284-71. — **Aprovado**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos Srs. Presidente do Banco do Brasil e Ministro da Agricultura, no sentido de serem tomadas providências ao amparo da lavoura de hortelã. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, encaminhando sugestão à Mesa, no sentido de que a Casa organize uma comissão para uma visita à Usina de Salto Ozório, com o objetivo de conhecerem de perto esta grande obra do nosso Estado, que se encontra em construção, sem ônus para a Casa. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil, pela execução do magnífico plano de reequipamento das Delegacias do interior, com verba do FUNRESPOL. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que seja criado o Parque Florestal do Marumbi. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda, no sentido de renovar estudos objetivando o depósito dos salários dos Servidores Estaduais por toda a rede bancária do Estado. — Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Pela ordem) Peço a palavra Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida para amanhã, a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, de acordo com o Regulamento Interno, art. 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao programa "Entre Nuvens", da TV-Paranaense Canal 12, que comemorou o seu 10.º aniversário de apresentação. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de que seja colocada à disposição da Delegacia de Polícia de Cianorte, uma das novas viaturas adquiridas por aquela Pasta. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de serem tomadas providências para debelar o surto de febre aftosa que vem grassando no gado bovino, na região de Guarapuava. Em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra para dar uma informação à Casa. Ao propormos essa medida, temos em vista o grande surto de febre aftosa que está grassando no sudoeste do Paraná, com grande prejuízo para os pecuaristas do Estado, porque a safra do boi é exatamente agora e as invernações estão repletas de gado e esse gado não pode ser comercializado. Então aí é que está o ponto essencial a ser considerado, pois quase todos os rebanhos estão vacinados. Ou nossa vacina é de má qualidade ou houve defeito na distribuição, razão porque propomos este telegrama ao sr. Ministro, solicitando dele urgência na fiscalização do processo de fabricação das vacinas contra a febre aftosa e

ainda tendo em vista o mercado de exportação que começa a apresentar perspectivas para o Paraná. Com o surto de aftosa no Estado, vai perder o Paraná um grande montante de divisas.

Assim, sr. Presidente, solicito ainda que a este requerimento seja anexado um apelo à Comissão, que soube existir no Paraná, Comissão de Defesa Contra a Febre Aftosa, que é uma comissão mista, Estado e governo Federal, para que essa Comissão dirija-se à área e faça "in loco" um exame do material, verificando se o vírus existente é o vírus para o qual se fabrica a vacina, porque segundo os técnicos, um vírus que resiste à vacina está aparecendo em várias partes do Estado.

Assim, a febre aftosa poderá ser erradicada daquela região e de todo o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

Em votação. Ao requerimento foi proposto um adendo, para que também se dê conhecimento ao Sr. Secretário dos Negócios da Agricultura do Paraná, que preside a Comissão de Defesa contra a febre aftosa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constar do Expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de três Srs. Deputados, para dialogarem com o Sr. Chefe do Executivo sobre um reajuste nos salários do funcionalismo público estadual, na base de 20%. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JOAO MANSUR — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese a admiração que temos pelo Deputado Antônio Belinati, pela sua atuação nesta Casa, discordamos frontalmente do seu Requerimento, mesmo porque grande parte daquilo que sugere já foi atendido na Mensagem Aditiva que se encontra nesta Casa na Comissão de Constituição e Justiça.

Além do mais, já uma Comissão de Deputados esteve dialogando com S. Exa. o Sr. Governador do Estado a respeito do assunto.

Esta a razão pela qual achamos desnecessária a constituição de uma Co-

missão desta natureza. Nossa Bancada votará contrariamente a esse Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 5, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.os: 151-71, 152-71, 153-71, 222-71 e dos Projetos de Resolução n.os: 11-70, 7-71, 9-71, 11-71 e 18-71.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 142-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2882, de 02 de maio de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Euthalia Martins da Silva, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1972 a partir de 3 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

PORTARIA N. 143-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2893, de 02 de maio de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Miguel Jorge Nassar Neto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 02 de maio de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de maio de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral